

O BRASIL FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: da bio à necropolítica

Eliane Alves da Silva

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Marcelo Martins da Silva

Universidade Federal do ABC(UFABC)

RESUMO

No contexto da pandemia de Covid-19, a falsa oposição entre salvar a atividade econômica ou proteger a população, por meio do isolamento social, tem gerado discursos e ações públicas que colocam em risco a vida de certos segmentos sociais, como o preço a ser pago para salvar a vida da maioria. O conceito de necropolítica, discutido por Achille Mbembe, vem sendo largamente utilizado para descrever tais ações. Tomando como objeto de discussão as ações e os discursos em prática atualmente, especialmente no Brasil, este artigo busca compreender a importância do conceito de necropolítica como chave de interpretação do momento atual. Trata-se de uma discussão exploratória, que levanta hipóteses de interpretação para uma situação histórica sem precedentes e interpela o Estado e a sociedade para encontrar saídas e possibilidades de enfrentamento da crise.

Palavras-chave: Necropolítica. Pandemia. Economia Política.

ABSTRACT

In the context of the Covid-19 pandemic, the false opposition between saving economic activity or protecting the population through social isolation has led to public discourses and actions that often put in risk lives of certain social segments as the price to be paid to save everyone's life. The concept of necropolitics, by Achille Mbembe, has been widely used to describe such actions. Taking as an object of discussion the actions and discourses currently in practice, especially in Brazil, this article seeks to understand the importance of the concept of necropolitics as an interpretative key of current moment. This is an exploratory discussion, which raise hypotheses of interpretation for an unprecedented historical situation, and challenge the State and the society by finding ways out and possibilities to face the crisis.

Keywords: Necropolitics. Pandemic. Political Economy.

Recebido em: 04/06/2020

Aceito em: 30/06/2020

...como criar comunidades em um momento de calamidade?
Achille Mbembe

INTRODUÇÃO

Desde que a pandemia do novo agente do coronavírus e sua respectiva enfermidade (Covid-19) se estabeleceu no Brasil, vários analistas - jornalistas e acadêmicos - têm recorrido ao conceito de *necropolítica*- cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe em texto homônimo - para descrever a resposta que diferentes governos nacionais, inclusive o brasileiro, têm dado à pandemia, e seus efeitos para as populações mais vulneráveis (ARAÚJO, 2020; DINIZ, CARINO, 2020; GOMES, 2020; NACIF, 2020; PEREIRA, 2020; SAKAMOTO, 2020; SANTOS, 2020; SGARBOSSA, 2020; SOS Corpo, 2020). Especialmente no que diz respeito ao enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais da pandemia, as discussões giram em torno de uma economia política complexa que envolve classes sociais na disputa por recursos necessários à sobrevivência na crise, recortadas por todas as especificidades das “classes vividas” (DAVIS, 2011), isto é, raça ou cor, gênero, e na lógica da pandemia, faixa etária e pré-morbidade.

Diferentes países pelo mundo, apesar da discrepância na intensidade das suas ações no que diz respeito aos valores monetários envolvidos ou ao alcance da população afetada por tais ações, acenaram para medidas de proteção aos empregos como subsídios para salários, adiamento de impostos a serem pagos pelas empresas no ano de 2020, estímulos fiscais e ao crédito às empresas para evitar desemprego; políticas de geração de renda para populações mais vulneráveis, assim como medidas de subsídios para contas de energia, água etc. (VILA-NOVA, 2020; CHADE, 2020; EXAME, 2020a). Apesar de todos os pesares, e com grande atraso na resposta, o Brasil tem trilhado caminho similar, sobre isso voltaremos adiante.

Por ora, nota-se, no caso brasileiro, que a necessária política de distanciamento social que atinge a educação, lazer, turismo, serviços públicos, comércio, produção e, obviamente, o mercado de trabalho, se expressa na disputa entre um isolamento social horizontal (que alcança um maior número de pessoas) e o isolamento vertical (que isola apenas os grupos de risco e pressupõe algum distanciamento espacial entre as pessoas). Com isso, evidencia-se a oposição entre um discurso claramente economicista, que privilegia o bom andamento da máquina econômica, em detrimento dos efeitos deletérios que possam gerar na saúde pública e vida da população, especialmente a de baixa renda; e outro que se pretende humanista ao colocar a vida humana, numa escala de importância, acima de quaisquer efeitos econômicos negativos. Nesta última, nem sempre existe a preocupação com os efeitos econômicos negativos que o isolamento social causa na população de

baixa renda, se restringindo à autopreservação. Entre estes, chamados isolacionistas (VALLE; DEL PASSO, 2020), há grupos empresariais e rentistas que aumentaram o faturamento e atendem a interesses sociais específicos que não expressam preocupação com o acesso da população mais pobre aos recursos estatais. Em outras palavras, o discurso pelo isolamento não é acompanhado com a mesma ênfase por outro, igualmente importante, que exigiria uma atuação mais contundente por parte do estado para que os programas de renda emergenciais fossem eficazes e ágeis para garantir ao trabalhador pobre, desempregado ou não, condições para sua subsistência. Mas é preciso destacar que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (PORTAL UOL, 2020c) e a maioria da produção científica sobre o tema (FIOCRUZ, 2020, p. 8), o isolamento social horizontal é a medida mais eficaz para a contenção da transmissão comunitária do Coronavírus, e a melhor estratégia para lidar com a gestão do sistema de saúde, independente das questões políticas e econômicas em jogo.

Isto posto, perguntamos: esse debate no cenário político-social brasileiro pode ser lido e interpretado à luz do conceito de necropolítica? Como figura nele, ao mesmo tempo, a gestão da vida e da morte, e a decisão sobre quem pode ou não morrer?

Achille Mbembe, em recente entrevista ao jornal Folha de São Paulo (BERCITO, 2020) aponta para dois aspectos relacionados à pandemia causada pelo novo Coronavírus: para a evidência e relevância, ainda que não literais, do conceito de necropolítica (MBEMBE, 2016); e para a inexistência prévia de “comunidades”, isto é, a inexistência de uma coletividade que enxerga a si mesma como destino e necessidade. Nas palavras de Mbembe, “(...) vontade de comunidade era o outro nome daquilo que poderia designar por vontade de viver. Visava à realização de uma obra partilhada: suster-se a si própria e constituir uma herança” (MBEMBE, 2014b, p.13).

Do ponto de vista das ações na área de saúde, as respostas das autoridades políticas de diversos países têm sido marcadas por perplexidade e incertezas ante ao tamanho do problema. Invariavelmente, frente à insuficiência dos sistemas de saúde, do número de leitos, dos equipamentos de diagnóstico e tratamento da doença¹, sobretudo em seus casos mais graves, surge o dilema em torno da decisão sobre quem vive ou é deixado a morrer, fazendo operar de forma radical o princípio daquilo que Foucault (1999; 2005) chamou de *biopolítica*. No entanto, na perspectiva capitalista e, de maneira mais cabal, de um capitalismo neoliberal ou um *necroliberalismo* como

¹Segundo pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SCHEFFER e BAHIA) o “(...) Brasil tinha, em fevereiro, 2,01 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) por 1.000 habitantes, taxa inferior à de países que têm vivenciado o colapso de seus sistemas de saúde, tais como Itália e Espanha”. Segundo levantamento feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM, 2020), a situação em relação aos equipamentos de prevenção e diagnóstico também são preocupantes conforme denúncias dos médicos da linha de frente do combate à doença.

afirmou Mbembe na entrevista supracitada, a depender de quais corpos se trata, a biopolítica passa à necropolítica, isto é, a decisão sobre quem vai morrer efetivamente.

Devido, como aponta o filósofo, à inexistência de “comunidades”, a necropolítica da pandemia se articula com um outro conceito cunhado pelo autor: o *devoir-negro do mundo* (MBEMBE, 2014a).

Essas questões, aparentemente abstratas, são centrais para a compreensão de como a desigualdade social imperante, global e localmente, afeta a resposta dos diversos governos à pandemia e o acesso dos diversos povos e dos diferentes segmentos sociais de cada país aos insumos necessários para o enfrentamento do vírus e, conseqüentemente, de sua sobrevivência.

Nesse texto, utilizando basicamente recursos bibliográficos e documentais, além de artigos da imprensa escrita, refletimos sobre a validade do conceito de necropolítica para a compreensão da resposta de determinados governos no campo econômico, mais especificamente do governo federal brasileiro, para o enfrentamento da pandemia, assentados na reificação da economia (inclua-se nessa perspectiva a austeridade fiscal) e da mercadoria, além de uma reformulação, paradoxalmente religiosa, de um darwinismo social²; e sobre como o *devoir-negro do mundo* desracializa a necropolítica tornando os vulneráveis (em tempos de pandemia, idosos, doentes crônicos ou com comorbidades, mas também aqueles sem acesso a condições sanitárias adequadas, subnutridos etc.), independente da sua raça ou cor, sujeitos à subalternização e ao descarte antes reservados aos negros. Por fim, refletiremos como a noção de *comunidade descolonizada*³, se levada a cabo, poderia ser um alento no enfrentamento da pandemia e de sua fase posterior. As fontes utilizadas serão uteis para substancializar empiricamente os argumentos teóricos e conceituais que utilizaremos, tanto de Achille Mbembe, quanto de outros autores.

1 A BIOPOLÍTICA DA PANDEMIA

As discussões e decisões sobre o isolamento social vertical ou horizontal, sobre restrições ou não à circulação das pessoas, ou sobre a alocação de recursos para o enfrentamento da pandemia, são discursos e ações públicas que, levados às últimas conseqüências, implicam em definir quem deve viver e quem pode morrer. Em termos *foucaultianos*, estaríamos falando de expressões do biopoder ou da biopolítica (FOUCAULT, 1999; 2005).

²Sinteticamente podemos entender o *darwinismo* social como a pretensão de utilizar premissas próprias da teoria evolutiva de Charles Darwin como parâmetros para diferenciação e categorização das sociedades e povos humanos a fim de justificar políticas de controle e “evolução” social.

³ “tal como reiterara Frantz Fanon, a comunidade descolonizada se define pela sua relação com o futuro, a experiência de uma nova forma de vida e uma nova relação com a humanidade...” (MBEMBE, 2014b).

Em contraste com a soberania, onde o soberano dispõe do poder de vida e morte dos seus súditos, arrogando-se o direito de *causar a morte ou deixar viver*, as duas outras formas de poder analisadas por Foucault (disciplinar e biopoder) incidem sobre a vida. O poder disciplinar centra-se no corpo do indivíduo, de modo a extrair dele docilidade e produtividade. Por sua vez, nas formas de expressão do biopoder, o campo de incidência do poder passa a ser a *população*, tomada como um conjunto de elementos dotados de regularidades e constâncias (FOUCAULT, 2006, p. 100), algo como um fenômeno da natureza, sobre o qual o poder não se relaciona pela submissão posta aos súditos (soberania) ou o adestramento posto aos indivíduos (disciplina), mas pelo conhecimento e gestão de variáveis que incidem sobre a vida-espécie (objetos da medicina social, demografia etc.) e maximizam suas forças.

Na biopolítica, a razão de ser do poder é aquela de garantir e multiplicar a vida da espécie, a força da população, o que não quer dizer que a morte, ou o poder de morte, não estejam também implicados. Mas “...de que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem?” (FOUCAULT, 1999, p. 130). Assim é que nas formas de biopoder, explica Foucault (FOUCAULT, 1999, p. 130), “...são mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros”, isto é, colocam em risco a existência ou a força da população. É, portanto, em nome da defesa da população, tomada em seu caráter biológico (defesa da espécie, da vida, da raça) que o Estado exerce seu poder de morte (por meio das guerras, por exemplo) ou, mais cotidianamente, faz a gestão da vida e da morte, por meio dos cálculos de fecundidade, natalidade, morbidade, mortalidade etc. e das ações que incidem diretamente sobre tais fenômenos.

Em suma, no biopoder o poder político assume a tarefa de gerir a vida, de modo que sua “(...) função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida de cima a baixo” (FOUCAULT, 1999, p. 131).

Voltando à questão aqui em análise, notamos que na lógica da pandemia o poder de polícia de alguns Estados é evocado para barrar o contato entre cidadãos, como forma de protegê-los de si mesmos, espécie de toque de recolher amplo, feito em benefício da saúde dos cidadãos. Mas o efeito dessa “biopolítica-para-a-vida” não é uniforme, na medida em que fatores sociais estruturais antecedem a noção abstrata de cidadão. A desigualdade socioeconômica (combinada às diversas formas de desigualdade estrutural presentes no nosso país, como raça e gênero), implica efeitos diversos dos fenômenos decorrentes da pandemia, bem como do tratamento político dispensado a eles. Políticas de isolamento como formas de retardar a evolução da contaminação e, conseqüentemente, desafogar o sistema de saúde, sem um apoio financeiro robusto do Estado aos mais pobres, são medidas que afetam e afetarão negativamente milhões de pessoas das periferias e

das áreas mais pobres. Por outro lado, uma política que prega a normalidade das relações cotidianas, mesmo quando sabidamente implica ampliação e expansão do contágio, agravamento do risco de colapso dos sistemas de atendimento e ampliação do número de mortes, interpela os sentidos mesmos do biopoder, como poder que fomenta a vida da espécie e a força da população. Como dito anteriormente, é sabido que a morte também entra no cálculo do biopoder. Mas até que ponto as ações e discursos levantados por diferentes governos nacionais diante da pandemia não nos deixariam mais próximos do que chamaríamos de uma biopolítica-para-a-morte, ou uma necropolítica, uma vez que já não se trata de “causar a vida ou devolver à morte”, mas de causar, pragmática e deliberadamente, a morte.

A proposição que Mbembe (2016) faz para discutir a necropolítica parte da provocação sobre as insuficiências do conceito da biopolítica para explicar desde a experiência da escravidão até certos fenômenos sociais contemporâneos como as guerras (Golfo e Kosovo seriam exemplos) e a ocupação da Palestina. Na formulação mais radical feita por Mbembe para descrever as formas como vida e morte estão implicadas nessa forma de poder, e como a necropolítica opera, trata-se, no limite, de inviabilizar a vida de tal modo, causar tal sofrimento, que a morte possa ser vista como libertação em relação ao poder (MBEMBE, 2016).

É possível tomar emprestado esse conceito, a fim de lançar pistas de interpretação às respostas que vêm sendo acionadas por diferentes governos nacionais (o nosso, em particular) ao enfrentamento dos efeitos da pandemia, especialmente quando se trata de lidar com os dilemas econômicos criados por ela?

A lógica do “deixar morrer” já está prevista no funcionamento do biopoder. A questão é que, no registro que analisamos, opera-se um ‘deixar morrer’ tão radical, tão expandido, podendo atingir um número tão grande de pessoas, que este se converte em necropoder, se por isso entendermos um tipo de poder em que se acentua a gestão ampliada da própria morte como parte da gestão da vida, ou uma ampliação da extensão dos matáveis (como discutiremos adiante a propósito de outro conceito trabalhado por Mbembe, o *devoir-negro do mundo*).

Em que medida o conceito de *necropolítica* ajuda a interpretar ou compreender ações atuais dos governos, especialmente o governo brasileiro, no tratamento dado aos efeitos da pandemia? Mais propriamente, em que medida expor à morte, em nome do funcionamento da máquina econômica e da (suposta) sobrevivência daqueles que são chamados a retomar as atividades produtivas, evidenciaria formas de operação do poder mais próximas de uma necropolítica que de uma biopolítica? Estes são alguns elementos que discutiremos nos itens a seguir.

2 A ECONOMIA (NECRO) POLÍTICA DA PANDEMIA

Segundo Bresser-Pereira (1979, p.39) economia política é “(...) a ciência que estuda a produção, circulação e distribuição de bens ao nível universal, ao nível de cada estado nacional, e, no máximo, ao nível de cada região”. Já Teixeira (2000, p. 85), destaca que a economia política, em seu significado original, clássico,

(...) era usada para designar uma determinada área do conhecimento, ou campo da ciência, voltada para o estudo dos problemas da sociedade humana relacionados com a produção, a acumulação, a circulação e a distribuição de riquezas, bem como para as proposições de natureza prática a eles associada (...).

Quando falamos em “economia necropolítica” da pandemia, referimo-nos à definição dada por esses autores, incrementada pelo fator “morte”, em outras palavras, remetemo-nos ao tratamento dado aos problemas econômicos relacionados à pandemia da Covid-19, levando em conta a gestão da vida e da morte e seu peso na gestão da produção e distribuição de riquezas. A economia política, desidratada em seu conteúdo social, político e histórico e “enjaulada” pelos pressupostos neoliberais do livre mercado, aponta para um tipo de gestão do Estado em que se sobressai a governança econômica em detrimento dos efeitos sociais nefastos que essa possa gerar no contexto de crise. Quando avaliamos o cenário em que se dá tal gestão, trata-se de um problema morbidamente prático. Poderíamos talvez falar em economia biopolítica da pandemia, mas falamos em *necro* para evidenciar a naturalização, e até normatização da morte, caracterizada por um ponto de vista neoliberal.

As medidas de exceção, como fechamento de comércio, escolas, proibição de circulação etc., necessárias para gerir a saúde pública na crise pandêmica, concorrem diretamente com a preocupação da manutenção da economia capitalista, por parte, principalmente, dos detentores dos meios de produção, circulação e distribuição de mercadorias. Por sua vez, os trabalhadores se encontram entre a incerteza da manutenção do emprego e a segurança sanitária de si e de seus familiares. A questão principal colocada é até que ponto a quase paralisação da economia é viável de maneira a não penalizar a população.

De novo a abstração “população” leva a um falso dilema uma vez que, no contexto neoliberal, questões como a defesa inflexível da propriedade privada e do livre-mercado sobrepõem o bem-estar comum, portanto, não é da população (ou da comunidade como destacaremos mais à frente) pensada como um todo que se trata, mas da reprodução de interesses particulares apresentados como o interesse geral. Em outras palavras, pensando em termos do funcionamento do bio ou do necropoder, diante do desafio de combinar a manutenção do

funcionamento econômico com a preservação da saúde e da vida daqueles que constituem a força de trabalho, opera-se uma cisão no interior dessa população, entre os que devem viver e os que podem (ou devem) ser deixados à morte.

A própria existência das classes sociais expressa hierarquização e desigualdade entre grupos sociais e, portanto, a “igualdade de classes” é impossível prática e teoricamente já de partida, mas há um espaço (e o keynesianismo é exemplo disso) para minorar as desigualdades por meio de políticas sociais e redistributivas. Este espaço poderá definir o quanto necropolítica será a abordagem do governo e sociedade ante a pandemia, se, conforme Mbembe, o poder pode ser necropolítico na medida em que não se apropria apenas da gestão da vida – modos como devemos agir, viver etc. – mas de quem deve morrer e como pode ou deve ser essa morte. Essa gestão não é exclusiva do Estado. Milícias, o narcotráfico e mesmo as ditas “pessoas de bem”, podem agir para ou legitimar as políticas da morte que nem sempre se apresentam como tal. Por vezes essas políticas adquirem status de normalidade, sob a opinião corrente de que determinados nichos de cidadãos são degradados socialmente e por isso descartáveis, vide a população carcerária (UNIFESP, 2020).

O empresariado tem agido de forma ambígua ante a pandemia: ao mesmo tempo em que alguns requisitam planos assistencialistas do governo para a população em geral (O GLOBO, 2020), outros promovem carreatas no sentido de pressionar para a normalização e abertura de estabelecimentos comerciais (PORTAL G1, 2020). Alguns se mostram assertivos em propostas que contemplem um maior número de pessoas, enquanto outros se mostram “pedestres e pedinchões” na expressão de Elio Gaspari (2020), ao elencarem suas demandas como mais relevantes que as da coletividade.

As classes políticas também têm se demonstrado ambíguas: a maioria dos governadores e prefeitos têm adotado uma postura mais precavida pelo isolamento horizontal, mas alguns têm acompanhado o discurso reiterado pelo presidente da república pelo relaxamento do isolamento e mesmo pela volta de uma normalidade relativa do mercado de trabalho. O presidente, mais especificamente, investiu em falas que evidenciam um *darwinismo social* mesclado com uma lógica economicista, ao dizer, por exemplo, que “Outros vírus mataram muito mais que esse, não teve essa comoção toda” (PORTAL G1, 2020b); “Vai morrer gente? Vai morrer gente” (FERRO, 2020); “O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade” (ISTO É, 2020); “O brasileiro quer trabalhar, esse negócio de confinamento aí tem que acabar, temos que voltar às nossas rotinas. Deixem os pais, os velinhos, os avós em casa e vamos trabalhar. Algumas mortes terão, mas acontece, paciência” (EXAME, 2020b).

Esta última fala explicita uma cisão importante na proposta de enfrentamento da pandemia, que separa aqueles que estão ou não em idade produtiva, sendo os primeiros chamados a retomar as atividades de trabalho, a despeito dos riscos que corram e que, sabe-se, coloca em risco também familiares e, por consequência, os próprios idosos que teoricamente seriam os preservados. Que alguns (muitos) possam vir a morrer é o preço pago para a manutenção da ordem econômica. No limite, que esse chamado ao trabalho possa representar um espraiamento descontrolado da doença, pondo em risco a própria ideia de manutenção da população (biopoder), expressa-se como a face crua do necropoder.

Nota-se como esta operação condiz com uma racionalidade econômica específica, que em certos casos se apresenta como aparente insanidade ao contrariar determinações e protocolos científicos (SOUZA, 2020) sobre o combate à doença. Contudo, também é possível perceber a operação de um cálculo perverso de que alguns corpos podem ser descartáveis para o funcionamento e manutenção da economia, sob o signo da desigualdade, por vezes disfarçado na retórica do bem comum, inclusive das futuras gerações.⁴

Os conflitos ou divergências que marcam os diferentes atores políticos no enfrentamento da pandemia, num contexto democrático, poderiam ser entendidos como legítimos e até bem-vindos. No entanto, é importante diferenciarmos a natureza dos conflitos ou divergências. Em um caso, tem-se por finalidade a manutenção da comunidade (pensada na definição de Mbembe como uma obra partilhada) e de seus membros, portanto, conflitos e divergências que apontam numa mesma direção. Em outro, observa-se que a finalidade é a manutenção da instrumentalização do outro; da utilização do outro em benefício de interesses pessoais, em detrimento do bem-estar ou não do resto da sociedade.

O coronavírus se propaga de maneira mais ou menos intensa, a depender tanto das respostas dos governos quanto das condições ambientais preexistentes, inclusive aquelas com interferência humana, como as condições sanitárias. Mas, como lembra Harvey (2020, p.16) “(...) o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico”.

Significa dizer, que sob a égide de um modelo econômico com enorme concentração de renda e com insuficiente presença do Estado no que tange à supressão das mazelas sociais – como

⁴O vice-governador do Texas (EUA), o conservador Dan Patrick, recentemente em entrevista ao canal Fox News, sugeriu que as pessoas voltassem à normalidade dos seus empregos e que ele e outros idosos estariam dispostos a se sacrificarem para salvar a economia e o “modo de vida” americanos. Na sua fala, o vice-governador fechou os olhos para desigualdade entre os idosos; ao fato que alguns, como ele, têm acesso a um bom sistema de saúde, mas muitos não terão, e são esses com maiores chances de serem sacrificados (PORTAL UOL, 2020a).

na maioria dos Estados de neoliberalismo “agressivo” como os EUA ou o Brasil⁵ – as populações tendem a ficar expostas de maneira desproporcional, conforme a classe ou grupo a que pertencem, e isso se evidencia na medida em que o número de mortes avança (PORTAL UOL, 2020b). Aqueles que moram em áreas insalubres do ponto de vista do saneamento básico; em aglomerações com grande densidade demográfica, principalmente na dimensão pessoas/cômodos; com acesso precário ao sistema de saúde e às medidas profiláticas, serão, na medida em que a pandemia avança, mais penalizados. Essa condição não é consequência da pandemia, é estrutural, resultado de décadas de descaso com a condição social precária de grande parte da população brasileira e com as demandas urbanas.

A falta de preocupação com um sistema público de saúde que atenda a contento as populações mais pobres - principalmente como forma de privilegiar as empresas privadas de saúde - e, em vários países, a falta de hospitais e profissionais da saúde pública, tornou a ameaça maior do que deveria ser, devido à inexistência de um planejamento que possua como norte o bem-estar coletivo, na medida em que o capital precisa ser remunerado e se expandir de forma permanente, não importando o custo humano, como aponta Harvey (2020, p.18):

Em muitas partes do suposto mundo “civilizado”, governos locais e autoridades regionais/estatais, que invariavelmente formam a linha de frente da defesa em emergências de saúde pública e segurança deste tipo, tinham sido privados de financiamento graças a uma política de austeridade destinada a financiar cortes fiscais e subsídios às corporações e aos ricos.

O custo humano se torna um elemento constitutivo natural na economia neoliberal, uma vez que essa se baseia na visão segundo a qual os acontecimentos e situações detém e se guiam por um valor de mercado, produzindo “(...) indiferença, a codificação paranoica da vida social em normas categorias e números, assim como diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais” (MBEMBE, 2014a, p.13).

3 A DEMOCRATIZAÇÃO SELETIVA DO *DEVIR-NEGRO DO MUNDO* OU *THE SILENCE OF THE LAMBS*

De que vale o grito das vítimas se a sociedade está mais preocupada em definir como será o abate? A referência ao filme cujo título no Brasil foi traduzido como “O silêncio dos inocentes” deve-se ao fato de como o paradigma de civilização ocidental – expresso na figura do Dr. Hannibal Lecter (homem, hétero, branco, classe média-alta, erudito etc.) que mata friamente suas vítimas

⁵Diferente de Itália e Espanha, que já haviam desmontado seus sistemas de saúde pública, esta última inclusive tendo resolvido estatizar hospitais privados para ter condições de combater a pandemia (EXAME, 2020c), ou dos EUA, que sofre pela falta de um, o Brasil tem no Sistema Único de Saúde (SUS), público e universal, uma vereda no combate à pandemia.

enquanto ouve música clássica ou discute seu refinado gosto para gastronomia, literatura etc. – lida com aqueles que na perspectiva do *darwinismo* social são os “fracos” e que, portanto, podem ser eliminados, em nome do bem-estar de poucos “fortes”.

O devir-negro do mundo, cujo desenvolvimento se dá no interior desse paradigma, segundo Mbembe (2014a, p.18), expressa-se no fato de que

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A esse novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e a sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo.

Esse processo, segundo Mbembe (2014a, p.12-13), dá-se em três momentos:

i) Durante o “primeiro capitalismo” (séculos XV ao XIX) em que a condição “negro” passa a se referir a homens e mulheres sequestrados do continente africano e seus descendentes, escravizados, reificados pela aparência e coisificados como “...homem-objeto, homem-mercadoria e homem-moeda”. Sem a posse de si mesmos, continuavam ativos “Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver” (MBEMBE, 2014a, p.12).

ii) A partir do início do século XVIII se inicia a articulação de uma “linguagem para si”, que pensando abstratamente, seria uma linguagem cosmopolita que despreza as fronteiras geográficas e que têm como mote a revolta pela liberdade e re-humanização. Englobaria desde a revolução haitiana de 1804 até as lutas pela descolonização dos países africanos, contra o *apartheid*, pelos direitos civis nos EUA etc.

iii) O terceiro momento, iniciado no século XXI, caracteriza-se pela “(...) globalização dos mercados, à privatização do mundo sob a égide do neoliberalismo e do intrincado crescimento da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais” (MBEMBE, 2014a, p.13).

É neste terceiro momento que a condição de desumanização imposta ao negro no “primeiro capitalismo” se democratiza e passa a remeter não apenas às pessoas de pele escura, mas a todas aquelas que de alguma maneira são subalternizadas no contexto da dialética global-local⁶, conforme a necessidade de manutenção dos sistemas de dominação e exploração.

⁶Traço característico da dialética global-local é fragmentar e unir ao mesmo tempo. As nações são unidas por um mercado em comum, independente das formas internas de distribuição e apropriação das riquezas, é nesse mercado comum que estas se realizam, conforme as regras deste; por outro lado é no espaço local e específico de cada nação que se definem determinadas regras que influenciam à dinâmica de funcionamento do mercado global. China e EUA, por exemplo, ainda que atores principais de um mercado mundial, possuem diferenças do ponto de vista cultural,

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Já só existem nômadas do trabalho. Se, ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objecto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital. (MBEMBE, 2014a, p. 14).

O Devir-negro caminha, neste sentido, para substituir “raça” por “espécie” já que outros “espécimes”, numa condição subalternizada, podem se tornar expressão da “exclusão, embrutecimento e degradação” (MBEMBE, 2014a, p.17-18). É importante assinalar que Mbembe não relativiza o racismo em nenhum momento. Chama a atenção, assim como já fez Wallerstein (1991) para a emergência de um “racismo sem raças” e faz uma observação importante para nossas reflexões na próxima seção:

(...) e se, numa reviravolta de que a História guarda segredo, toda a humanidade subalterna se tornar negra, que riscos acarretaria um tal devir-negro do mundo a respeito da universal promessa de liberdade e de igualdade de que o nome Negro terá sido o signo manifesto no decorrer do período moderno? (MBEMBE, 2014a, p.21).

Ou seja, assim como os negros puderam sobreviver ao primeiro capitalismo e numa “reviravolta espetacular” se tornarem um desejo consciente pela vida, força pujante, plástica que pode inventar formas de rebeldia e organização para lidar com a degradação do adverso estabelecido, o devir-negro do mundo, entendido como reconhecimento de uma condição subalterna, pode ser a premissa pela qual as classes populares organizam e organizarão formas de resistência; o devir-negro do mundo pode ser a expressão consciente de resgate de uma comunidade descolonizada.

A pandemia levou à ampliação da condição de subalternização, expondo todos, de forma irrestrita, ao perigo objetivo da morte. Se no contexto colonial ou da escravidão a morte pôde ser delegada ao outro subalternizado, aqui esta operação não será mais possível, afirma Mbembe (2020). O risco da morte teria igualado a todos? Vemos que, no contexto da pandemia, o devir-negro do mundo engloba idosos e pessoas com morbidade de qualquer cor ou raça. No entanto, na condição concreta da gestão da pandemia, seguem operando cisões sobre quem pode morrer ou quem deve viver, como mostra a fala do médico Jaques Sztajn bok (BARIFOUSE, 2020), supervisor da unidade de tratamento intensivo do Instituto de Infectologia Emílio Ribas. A questão aqui é saber o que orienta tais escolhas, qual o princípio da cisão em um contexto de desigualdades que se combinam no seio da população:

econômico, político e etc. Os subalternos norte-americanos e chineses são submetidos a uma exploração comum no que diz respeito a esse mercado mundial, mas localmente a exploração assume formas de dominação diferentes.

Não há como ampliar a estrutura desse tipo de serviço para atender 20 mil pessoas de uma só vez. Então, você precisa analisar quem tem mais chance de sobreviver. Isso assusta e pode parecer cruel, mas é absolutamente racional (...). Se você escolher tratar o paciente “errado”, vai usar muito tempo e recursos com alguém que não chegará a ser salvo e deixará de atender duas ou três outras pessoas, que vão morrer (pela falta de atendimento). Em uma situação assim, é melhor salvar um do que nenhum (BARIFOUSE, 2020).

Os Estados não são indivíduos. A crueldade injustificável de tal argumentação (que não é responsabilidade desse ou de qualquer médico, mas de uma racionalidade vivida) reside no fato de que toda a riqueza humana, em todas as instâncias, potencial e já produzida, nos proporcionaria recursos suficientes para lidar com esse tipo de situação de outra maneira, minimizando (com acesso de todos ao tratamento), certamente, o número de mortes.

É importante salientar que a “escolha” é um atributo sobre o qual há alguma margem de controle, já sobre a “democratização seletiva” do devir-negro do mundo, que enfatizamos no título da seção, não há controle algum, pois implica que, se a crise pandêmica generaliza o *devir-negro*, parte da “humanidade subalternizada” deixa de sê-la em um contexto de normalidade da subalternização, não sendo possível, portanto, universalizar essa condição. Se os idosos de maneira geral são parte da população de risco, este cresce para idosos moradores de uma favela com precárias condições sanitárias. Se pessoas com comorbidades (as que estão em tratamento de câncer, por exemplo) podem sofrer para dar continuidade em seus tratamentos, além do fato de apresentarem uma condição imunológica mais frágil, essas mesmas que dependem de serviços de saúde já precarizados pelas políticas neoliberais, que residem em áreas afastadas dos hospitais de referência, tendem a sofrer muito mais. Essas condições estruturais precárias de acesso a serviços públicos, moradia etc., remetem, na maioria das vezes, a uma classe, uma cor e um gênero específico.

Queremos chamar a atenção, portanto, para o fato de que quando somamos neoliberalismo e crise humanitária, a tendência é para a degradação de uma maior parcela da população global e não ao contrário. O contrário reside na esperança que essa “desumanização contingencial” mobilize a perspectiva da “comunidade descolonizada” tanto nos “normalmente” não-subalternizados, quanto nos subalternizados que ainda não se deram conta de tal condição e de suas premissas, sem, no entanto, a certeza ou fatalidade dessa se materializar.

4 A COMUNIDADE DESCOLONIZADA, UMA POSSIBILIDADE?

Poder-se-á afirmar que a colonização foi precisamente o espetáculo por excelência da comunidade impossível (...)

A descolonização é um acontecimento cujo significado político essencial residiu na vontade activa decomunidade (MBEMBE, 2014b)

No prólogo do “Sair da Grande Noite”⁷ (2014b), Mbembe expõe a incompatibilidade entre colonização e comunidade, tornando sem efeito a abstração iluminista “fraternidade” em sua perspectiva universal. A “comunidade de homens livres” moderna, fruto de um humanismo genérico e abstrato, precisaria ser rearticulada e repensada para corresponder a uma “comunidade descolonizada”, já que a primeira, apesar de expressar “(...) uma certa ideia de trabalho e respeitabilidade, de dever moral, de solidariedade e de obrigação”, forma-se a partir de “segregação, de violência extrema e terror racial” (MBEMBE, 2014a, p.60-61).

A comunidade moderna, hegemônica, é uma comunidade da perda, cindida, constantemente ameaçada de extermínio, que se acostumou com a morte do outro,

(...) daquele ou daquela com quem se crê nada haver para partilhar, estas formas múltiplas de enfraquecimento das fontes vivas da vida em nome da raça ou da diferença, tudo isto deixou vestígios muito profundos, quer no imaginário e na cultura, quer nas relações sociais e econômicas. Tais lesões e cicatrizes impedem de fazer comunidade. De facto, a construção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade (MBEMBE, 2014a, p.305).

E aqui, pensando especificamente na pandemia da Covid-19, voltamos à epígrafe do início deste texto: “(...) como criar comunidades num momento de calamidade?”. Mbembe nos dá uma pista ao afirmar que é justamente pela morte que a comunidade se revela (MBEMBE, 2014a, p.70). Ou seja, para o autor são nos momentos de crise que a possibilidade de reinvenção da relação com o outro, como forma de autopreservação, se torna possível. E dessa primeira premissa decorrem outras questões que o autor formula a partir de sua leitura dos “Condenados da Terra” de Franz Fanon:

Como transformar esta efervescência energética e este banal instinto de conservação numa conversa política concisa e plena? Como transformá-la numa contravoz afirmativa perante a lógica da morte que a potência ocupante perfaz? Como torná-la um gesto emancipador contendo valor, razão e verdade? (MBEMBE, 2014a, p.279)

Uma resposta possível seria reinventando e descolonizando a noção de comunidade, pois “para aqueles que se libertaram, descolonizar nunca significou reproduzir, num momento diferente as imagens da Coisa ou dos seus substitutos (...) visava uma metamorfose radical da relação” (MBEMBE, 2014b, p.20).

⁷O título do ensaio remete a uma perspectiva criadora e insurgente, segundo Mbembe, “O poder da criação opor-se-ia ao jogo da repetição imutável e às forças que, no tempo da servidão, tentaram esgotar ou encerrar a continuidade, ou seja, aquilo que Frantz Fanon referia, numa linguagem *prometiana*, como a saída da ‘grande noite’ anterior à vida, enquanto Aimé Césaire evocava o desejo ‘de um sol mais brilhante e de estrelas mais puras’”(MBEMBE, 2014b, p. 20).

Fanon, em os “Condenados da Terra”, acentua não só a diferença entre os mundos do colono e do colonizado, como também argumenta que o maior “pecado” do colonizado é desejar a cidade (o mundo, o modo de vida) do colono

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas opõem-se, mas não ao serviço de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está a mais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo estão sempre cheios de vestígios desconhecidos, nunca vistos, nem sonhados. Os pés do colono não se veem nunca, a não ser no mar, mas poucas vezes se podem ver de perto. Pés protegidos por fortes sapatos, apesar das ruas da sua cidade serem limpas, lisas, sem covas, sem pedras. A cidade do colono é uma cidade farta, indolente e está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos e de estrangeiros. A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes. O olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de desejo. Sonhos de possessão. (FANON, 1968, p.28-29).

Ainda que seja um mundo materialmente desejável, pois confortável e abastado, segundo Fanon, o modo de vida que dá suporte a esse mundo deve ser superado, e a esse movimento de insurgência contra “a cidade do colono”, que significa reivindicar formas não estabelecidas institucionalmente de integração social, poderíamos chamar de “comunidade descolonizada”, em que a riqueza e o conforto não sejam concretizados instrumentalizando o outro, mas em parceria com o outro. Seria necessário, no dizer de Mbembe (2014a, p.71), abandonar o “aconchego” da repetição e pensar novas formas de mobilização. Isso significa novas formas de atuação política e perspectivas populares descolonizadas, que não se orientam pela lógica sistêmica imposta pelas elites, ao contrário, insurjam contra estas⁸.

As respostas dos governos frente à pandemia e o debate que as acompanha, que já salientamos, visam um combate pontual e necessário para o problema. Mas mesmo com a diferença nas abordagens, não se tem nenhum indício de que as políticas de caráter neoliberal vão perder força, ao contrário, analistas preveem que com o fim da crise, a recuperação da economia se dará

⁸Boaventura de Sousa Santos (2020) no capítulo final do texto “A pedagogia cruel da pandemia”, intitulado “O futuro pode começar hoje”, sustenta tese semelhante. Para o autor, este momento da crise pandêmica é importante para que se pense alternativas ao modo de se viver, já que nos últimos quarenta anos viveríamos em uma quarentena neoliberal, “(...) quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum (...)” (SANTOS, 2020, p. 32), nisto consistiria a pedagogia da pandemia, mobilizar as contradições que se desvelam de modo a fazer emergir alternativas populares, civilizatórias e coletivas frente ao *monadismo* bárbaro neoliberal.

nos mesmos moldes de antes, com austeridade fiscal e menor destinação de recursos para áreas sociais.

Os economistas, de maneira geral, apontam para a inevitabilidade da crise e que a antecipação no retorno às atividades econômicas só prorrogaria o pico da pandemia aumentando o risco de perdas humanas (JORNAL DE BRASÍLIA, 2020). Alguns, como o economista Delfim Netto (YOSHIDA, PADILHA, FILIPPE *et al.*, 2020), apontam que a pandemia abre uma “janela de oportunidades” para remodelar relações trabalhistas ampliando o trabalho remoto, diminuindo custos e aumentando a produtividade das empresas. Outros, como Jonathan Portes (YOSHIDA, PADILHA, FILIPPE *et al.* 2020), afirmam que a pandemia não empobrecerá os países, caso isso aconteça, será efeito de escolhas políticas equivocadas. Monica de Bolle (YOSHIDA, PADILHA, FILIPPE *et al.* 2020) argumenta que a resposta a curto e longo prazo das economias dos países ante a pandemia dependem muito dos seus elos mais frágeis, as populações mais vulneráveis, portanto, medidas de proteção social como uma renda mínima básica, principalmente para esses segmentos, são necessárias no durante, mas também no pós-pandemia. A economista aposta que o eixo das políticas macroeconômicas se rearticule de modo a fortalecer as redes de proteção social.

Como não há distanciamento histórico necessário para um entendimento pleno e nem se sabe ainda do alcance exato da crise, esses cenários podem ou não se cumprir⁹, pendendo para mais ou menos o Estado, para mais ou menos políticas neoliberais e seus corolários (austeridade fiscal, desemprego estrutural e etc.). Mas, de todo o modo, refletem o mais do mesmo de uma racionalidade empresarial, consumista etc.

A “contravoz” de que nos fala Mbembe, a possibilidade de uma comunidade descolonizada, está nos movimentos populares; na organização das periferias de modo a suprirem a si mesmas, como argumenta o cientista político Bruno Paes Manso:

(...) temos visto uma mobilização intensa pelas redes sociais nas periferias e em favelas como Paraisópolis e Morro do Alemão, onde a população se articula para garantir a todos o acesso a produtos básicos, como sabonete e mantimentos. A solidariedade, esse fortalecimento de laços nas comunidades, é uma consequência positiva deste momento de crise (YOSHIDA, PADILHA, FILIPPE *et al.* 2020).

É no contexto popular que o novo pode aparecer, replicar e se fortalecer contra o paradigma hegemônico. Diante das respostas institucionais (ou ausência ou demora delas) para o

⁹Assusta o cenário desenhado pelo FMI afirmando que esta será a pior crise da economia global desde 1929 e que todos os países serão atingidos, mas países em desenvolvimento como o Brasil serão ainda mais (DIAS, 2020).

enfrentamento da pandemia, que, como discutimos anteriormente, operam frequentemente na “lógica economicista”, quando não claramente necropolítica, vimos formarem-se redes de solidariedade, voltadas não só para pressionar poderes públicos para criação de políticas e medidas urgentes, mas, na ausência ou insuficiência destas, criar as condições mínimas necessárias para suporte às populações vulneráveis. Tratam-se de movimentos sociais, organizados para oferecer ajuda a populações ameaçadas pela fome ou pela privação material extrema (trabalhadores informais, desempregados, imigrantes ilegais e refugiados), pela ausência absoluta de recursos mínimos de autocuidado (moradores em situação de rua), pela contaminação potencialmente desenfreada em favelas ou comunidades pobres, onde as medidas de isolamento são impossibilitadas pelas condições precárias de moradia e pela falta de acesso a serviços públicos como saneamento básico, acesso continuado à água potável etc.

Ações como aquelas formadas pela união de diferentes movimentos populares para o enfrentamento da pandemia (MOVIMENTOS CONTRA A COVID-19, 2020) acenam para a possibilidade da construção de um mínimo comum a partir da percepção radicalizada da condição extrema em que se encontram todos. Adicionalmente, em nível micro, assiste-se a diferentes organizações ou coletivos periféricos se somarem a esforços de outras organizações do mesmo tipo, a fim de poderem fazer frente à dimensão da situação.

Do ponto de vista econômico, essas ações incidem diretamente na subsistência das famílias, muitas vezes uma vereda no sertão neoliberal. Não se trata de esquecer que existe uma economia capitalista global, portanto totalizante e sistêmica, e do peso dessa nas relações cotidianas, e nem de mistificar a solidariedade em slogans que nada mais fazem do que reproduzir as relações capitalistas exatamente como se dão, transformando o autêntico desassossego com a situação social dos mais pobres (e espiritual de todas as pessoas) em um empreendimento capitalista embusteiro que se confunde com a flexibilização das relações de trabalho (LIMA, 2004).

A questão em aberto é o quanto essas ações, criadas frente à ameaça comum e gigantesca, são capazes de reverberar em contexto pós-pandêmico; de potencializarem agendas como a da moradia adequada ou a defesa do Sistema Único de Saúde, dois direitos fundamentais, garantidos na Constituição, e que enfrentam, de longa data, enormes desafios, potencializados pela pandemia (PINTO, 2020); de pautarem políticas públicas, para além da reação aos desmontes em curso nos últimos anos no país e que enfrentam políticas de exceção naturalizadas. Em suma, fazer ultrapassar as fronteiras da solidariedade imediata para a construção de uma solidariedade social mais profunda, capaz de penetrar na sociedade em suas capilaridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto argumentamos as razões pelas quais o conceito de necropolítica, cunhado por Achille Mbembe, já acionado para explicar a forma como o Estado se relaciona com determinados segmentos subalternizados da população, recoloca-se no contexto da pandemia de Covid-19 e das ações e discursos motivados por ela.

Argumentamos que, ao operar um “deixar morrer” radicalizado e expandido, o conceito de necropolítica nos parece mais profícuo do que o de biopolítica para a compreensão e explicação dos efeitos da pandemia de Covid-19 em países periféricos como o Brasil. O caráter estrutural das mazelas do país, ao ir de encontro à crise da pandemia e a racionalidade econômica neoliberal, tende a aprofundar essas mazelas, desvelando uma faceta cruel da sociedade que também se expande, isto é, como discutido na seção 3 sobre o “devir negro” do mundo, a desumanização imposta ao negro no “primeiro capitalismo” se espalha para além dos negros, subalternizando uma parcela maior da população. Porém essa subalternização expressa no *devir-negro do mundo* não se concretiza de forma democrática, isto é, há sempre aqueles que por questões histórico-estruturais são mais subalternizados que outros.

No entanto, a crise tem o potencial de reinventar a relação com o outro naquilo que Mbembe (2014b) chamou, a partir da leitura de Franz Fanon, de *comunidade descolonizada*, em que os subalternos, movimentos sociais, populares etc., reivindicam formas não institucionais de participação e integração social, em que a riqueza e o conforto não sejam concretizados instrumentalizando o outro, mas em parceria com o outro.

É possível pensar em termos de uma necropolítica, se por isso entendermos que a supervalorização da economia - como se dela estivesse desligada a vida mesma das pessoas - vale como elemento orientador de discursos e práticas políticas, a despeito dos efeitos (de morte) que venha a gerar: a vida como preço a pagar para o desenvolvimento econômico numa perspectiva neoliberal, ao invés do contrário: a vida como condição necessária para a retomada do desenvolvimento econômico. E não quaisquer vidas, como vimos, e sim a vida das pessoas que constituem a mão de obra que sustenta a máquina econômica e o sistema produtivo.

Estão ainda por se conhecer os efeitos posteriores à pandemia no mercado e nas formas de trabalho, na retomada da economia. Quiçá essa consciência da importância do trabalho para sustentar a máquina econômica, a ponto de trabalhadores e trabalhadoras serem chamados ao sacrifício para sustentar a retomada, possa se converter em plataforma para reivindicar melhores condições de trabalho e salário, bem como melhores condições de vida no futuro. Inversão necessária quando o que se anuncia é a maior recessão dos últimos cem anos.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luís C. Economia e administração: mercado e poder. **Revista Adm. Emp.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, ano 1979. p. 39-43.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **CFM divulga primeiro levantamento com denúncias de médicos da linha de frente contra a pandemia.** Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28695:2020-05-15-11-57-06&catid=3. Acesso em: 02 jul. 2020.

DAVIS, Ângela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 13 maio 2020.

DINIZ, Débora; CARINO, Giselle. A necropolítica das epidemias. **El País Brasil**, 09 de março de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 275.

FIOCRUZ. A gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil: relatório técnico e sumário executivo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. p. 78. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatoriocepedes-isolamento-social-outras-medidas.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 149.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 383.

_____. **Seguridad, territorio, población:** curso en el Collège de France: 1977-1978. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. p. 485.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19.** In: Davis, Mikeet al. **Coronavírus e a luta de classes.** Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24.

LIMA, Jacob C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, 2004, p. 45-62.

MBEMBE, Achille. **Crítica à razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014a. p. 313.

_____. **Sair da grande noite:** ensaios sobre a África descolonizada. Luanda: ulemba, 2014b. p. 201.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaios.** Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. p. 122-151.

_____. **Le droit universelle à la respiration.** **AOC.** 6abr. 2020. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2020/04/05/le-droit-universel-a-la-respiration/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MOVIMENTOS CONTRA A COVID-19. Brasil. 2020. Disponível em:
<https://movimentoscontracovid19.com/>. Acesso em: 07 jul. 2020

PINTO, Élide G. Dia mundial da saúde evidencia estado de coisas inconstitucional no SUS. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-07/contas-vista-dia-mundial-saude-estado-coisas-inconstitucional-sus>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SCHEFFER, Mário; BAHIA, Lígia. (Coord.) **As empresas de planos de saúde no contexto do coronavírus**: entre a omissão e o oportunismo. Nota técnica USP - UFRJ, 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/geps/planos-de-saude-na-pandemia-do-coronavirus-entre-a-omissao-e-o-oportunismo/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

TEIXEIRA, Aloisio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Econômica**, Niterói, v. 2, n. 4, ano 2000. p.85-109.

UNIFESP. **A atual crise sanitária e de saúde causada pelo avanço da COVID-19 e a situação da população carcerária**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Universidade Federal de São Paulo - São Paulo, 2020. p 18.

WALLERSTEIN, Immanuel. 1991. Universalismo, racismo y sexismo: tensiones ideológicas del capitalismo. In: BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, nación e clase**. Madrid, IEPALA, p. 49-62.

Artigos de imprensa:

ARAÚJO, Mateus. “O que a necropolítica tem a ver com a pandemia e com falas de Bolsonaro”. **PORTAL UOL/TAB**, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 04 abr. 2020

BARIFOUSE, Rafael. “Coronavírus: médicos podem ter de fazer 'escolha de Sofia' por quem vai viver na Itália”. **BBC News Brasil**, 13 mar. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51864814>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BERCITO, Diogo. “Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da necropolítica”. **Folha de São Paulo**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em: 12 maio 2020.

CHADE, Jamil. Governos europeus subsidiarão salários de milhões de trabalhadores. **Portal UOL**, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/23/governos-europeus-subsidiarao-salarios-de-milhoes-de-trabalhadores.htm>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DIAS, Marina (2020). “Grande paralisação” levará economia global a pior recessão desde 29, diz FMI”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/grande-paralisacao-levara-economia-global-a-pior-recessao-desde-29-diz-fmi.shtml> Acesso em: 14 abr. 2020.

EXAME, 2020a. **As respostas da política econômica global à pandemia do Coronavírus**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/respostas-da-politica-economica-global-a-pandemia-do-coronavirus/> Acesso em: 09 abr. 2020.

EXAME 2020b. **“Infelizmente algumas mortes terão. Paciência”**, diz Bolsonaro sobre Covid-19, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro-sobre-covid-19/>. Acesso em: 12 maio 2020.

EXAME (2020c). **Contra Coronavírus, Espanha estatiza hospitais privados**, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/contra-coronavirus-espanha-estatiza-hospitais-privados/>. Acesso em: 12 maio 2020.

FERRO, Maurício (2020). **“Vai morrer gente? Vai morrer gente”**, diz Bolsonaro sobre a covid-19”. **Poder 360**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/vai-morrer-gente-vai-morrer-gente-diz-bolsonaro-sobre-a-covid-19/>. Acesso em: 12 maio 2010.

GASPARI, Elio. A Fiesp expôs sua alma. **O Globo**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/a-fiesp-expos-sua-alma-24326194> Acesso em 11 abr. 2020.

GOMES, Wilson. A necropolítica e o bolsonarismo na pandemia. **Revista Cult**, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-necropolitica-e-o-bolsonarismo-na-pandemia/>. Acesso em: 04 abr. 2020

ISTO É (2020). **“Em pronunciamento, Bolsonaro pede o fim do confinamento: ‘Voltar à normalidade’**”, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/em-pronunciamento-bolsonaro-pede-o-fim-do-confinamento-voltar-a-normalidade/>. Acesso em: 12 maio 2020

JORNAL DE BRASÍLIA (2020). **“O que esperar da economia após pandemia, analisam especialistas”**, 01 abr. 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/economia/o-que-esperar-da-economia-apos-pandemia-especialistas-analisam-cenarios/> Acesso em: 15 abr. 2020.

NACIF, Simone. Superencarceramento e COVID-19: entre a necropolítica e a necrojurisdição. **Justificando**, 02 abr. 2020. Disponível em: <http://www.justificando.com/2020/04/02/superencarceramento-e-covid-19-entre-a-necropolitica-e-necrojurisdicao/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

O GLOBO, 2020. **“Empresários pedem 'Plano Marshall' para salvar país do 'caos social' provocado pelo Coronavírus”**, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/empresarios-pedem-plano-marshall-para-salvar-pais-do-caos-social-provocado-pelo-coronavirus-24322012>. Acesso em: 11 abr. 2020.

PEREIRA, Manuela Rached. Opção aos mais pobres é morrer de fome ou coronavírus. **PONTE**, 01 abril 2020. Disponível em: <https://ponte.org/pandemia-escancara-necropolitica-e-violencia-estrutural-no-brasil-diz-pesquisador/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PORTAL G1 (2020a). **Empresários protestam pela reabertura do comércio e de indústrias em cidades do RS**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/27/empresarios-protestam-pela-reabertura-do-comercio-e-de-industrias-em-cidades-do-rs.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2020.

PORTAL G1 (2020b) **“Bolsonaro volta a criticar isolamento social para combater expansão do Coronavírus”**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/25/bolsonaro-volta-a-criticar-isolamento-social-para-combater-expansao-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2020.

PORTAL UOL 2020. **“Vice-governador do Texas sugere que idosos arrisquem a vida pela economia”**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/03/24/vice-governador-do-texas-sugere-que-idosos-arrisquem-a-vida-pela-economia.htm>. Acesso em: 05 abr. 2020.

PORTAL UOL (2020b). **Maioria dos mortos por novo Coronavírus em Nova York são latinos**, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/04/08/maioria-dos-mortos-por-novo-coronavirus-em-nova-york-sao-latinos.htm>. Acesso em: 12 maio 2020.

PORTAL UOL (2020c). **“OMS volta a defender o isolamento social: e a única opção que temos”**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/30/oms-volta-a-defender-isolamento-social-e-a-unica-opcao-que-temos.htm>. Acesso em: 15 maio 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. Necropolítica de Bolsonaro menospreza coronavírus e celebra golpe de 1964. **PORTAL UOL**, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/31/necropolitica-de-bolsonaro-incentiva-coronavirus-e-celebra-golpe-de-1964.htm>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SGARBOSSA, Marcelo; SANTOS, Cristiano L. Pandemia em tempos de necropolítica. **SUL21**, 16 mar.2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/03/pandemia-em-tempos-de-necropolitica-por-marcelo-sgarbossa-e-cristiano-lange-dos-santos/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SOS Corpo. Capital, pandemia e os papéis do feminismo. **Outras Palavras**, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/capital-pandemia-e-os-papeis-do-feminismo/>. Acesso em: 02 abr. 2020

SOUZA, Rodrigo. Carta assinada por 20 organizações médicas e científicas pede a Bolsonaro medidas mais restritivas de isolamento. **O Globo**, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/carta-assinada-por-20-organizacoes-medicas-cientificas-pede-bolsonaro-medidas-mais-restritivas-de-isolamento-24350868>. Acesso em: 12 maio 2020.

VALLE, André F. P.; DEL PASSO, Otavio F. As frações burguesas na crise da Covid-19: apontamentos preliminares. **Brasil de Fato**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares>. Acesso em: 23 abr. 2020.

VILA-NOVA, Carolina. Pandemia põe à prova modelo de Estado de bem-estar social europeu.

Folha de São Paulo, 22 mar. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-poe-a-prova-modelo-de-estado-de-bem-estar-social-europeu.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2020

YOSHIDA, Ernesto; PADILHA, Ivan; FILIPPE, Marina; BOMFIM, Murilo; FLACH, Natália

(2020). Abílio, Karnal, Nizan: o novo mundo pós-pandemia. **Exame**, 09 abr. 2020. Disponível em:

<https://exame.abril.com.br/revista-exame/um-novo-mundo/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

AUTORES:

Eliane Alves da Silva

Socióloga. Pesquisadora de Pós Doutorado em Ciências Humanas e Sociais no Programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

E-mail: elalves2014@gmail.com

Marcelo Martins da Silva

Doutorando em Ciências Humanas e Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

E-mail: marcelo-msilva@bol.com.br